

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2023

A Superintendente da Autarquia de Desenvolvimento do Turismo, Modalidade e Qualidade de vida de Jericoacoara (ADEJERI), Sra. Benedita Neta da Silva, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO que a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, constitui a legislação básica sobre licitações para a Administração Pública, em observância o que determina a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; e que o processo ora em comento necessita de ratificação conforme determina o Estatuto de Licitações no artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO as descrições detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam a contratação como de pequeno valor; Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados;

CONSIDERANDO as justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos juntados ao processo para “**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DO SITE OFICIAL DA AUTARQUIA PARA ATENDER A LEI Nº 12.527/2011- LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, JUNTO A AUTARQUIA.**”

CONSIDERANDO que a formalização de um processo licitatório demanda tempo, principalmente no que diz respeito à publicação do edital, ao prazo de apresentação das propostas, ao direito de interposição de recursos, e aos lapsos determinados em Lei para adjudicação e homologação, tempo do qual não pode a Administração Pública Autárquica esperar para realizar os procedimento licitatórios que tanto necessita a Autarquia.

CONSIDERANDO que foi realizado cotação de preços dentre algumas empresas do ramo pertinente, para o prestação de serviços, cujos preços por ela ofertados, que seguem transcritos em suas propostas em anexo.

CONSIDERANDO que na medida em que forem firmados os novos contratos, deverá ser encerrada a respectiva prestação de serviços exercida no âmbito do contrato urgente/emergencial.

CONSIDERANDO, portanto, a própria conveniência pública,

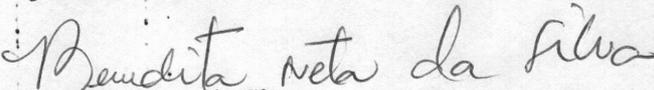
CONSIDERANDO o teor do parecer jurídico reconhecendo a lisura do feito, e estando comprovado tratar-se de hipótese de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, II da lei 8.666/93, havendo pesquisa de mercado e escolha da proposta mais vantajosa e

parecer jurídico dando conta da regularidade do feito, RATIFICO o referido procedimento na forma do art. 26 da Lei 8.666/93, em que teve como melhor proposta válida cotada

Eu, BENEDITA NETA DA SILVA Superintendente da Autarquia de Desenvolvimento do Turismo, Modalidade e Qualidade de vida de Jericoacoara - ADEJERI, torno público que, RATIFICO o ato de reconhecimento todos os atos até aqui realizados com base no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93 e em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer emitido pela Assessoria Jurídica Dr. Frederico Landim de Carvalho Barbosa Teixeira, onde a mesma expressa ser favorável a contratação da referida instituição, através da dispensa de licitação, fulcrada no inciso II, do artigo 24 da Lei 8.666/93. em favor da empresa **A AMARO F. DA SILVA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 14.769.245/0001-92, com sede à Rua Inglaterra nº243 – Itaperi - Fortaleza- CE, visando à **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DO SITE OFICIAL DA AUTARQUIA PARA ATENDER A LEI Nº12.527/2011- LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, JUNTO A AUTARQUIA.** “contrato com vigência até dia 31 de dezembro de 2024 , no valor global de **R\$ 10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais)**, que correrá à conta da dotação orçamentária **EXERCÍCIO: 2024 - PROJETO/ATIVIDADE: 2001.04.122.0202.2.099 - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FONTE: 1500000000**, com recursos próprios, a partir da assinatura do contrato, podendo inclusive ser revogado ou anulado a qualquer momento, sem direito a qualquer tipo de indenização. Esta dispensa enquadra-se no Artigo 24, inciso II , da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 ou no Artigo 24, parágrafo único, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- 1. DETERMINO** a publicação do extrato da justificativa em ratificação, no prazo da Lei, para que possa surtir seus reais efeitos externos.
- Depois de cumprida a determinação, seja providenciando chamamento do interessado para retirar instrumento contratual, de tudo observando-se o objeto contratado, como portador que dos dados e elementos fundamentais, inclusive da preservação do preço e forma de pagamento nos termos da proposta apresentada, passando a integrar no todo este termo, com vista à possibilidade do atendimento do pedido, no menor espaço de tempo possível, determinando, ainda, o acompanhamento da entrega, juntando-se aos autos os documentos de liquidações, evitando, assim, desvios de condutas ou mesmo solução de continuidade das atividades de ordem administrativas.
- Esclareço que, após formalização da autorização de entrega ou termo contratual, deve ser providenciado extrato para sua publicação, conforme dispõe o art. 61, sem descurar-se das obrigações previstas pelo art. 16, ambos da Lei nº. 8.666/93, de tudo, acostando-se ao processo cópias comprobatórias.
- Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

Jijoca de Jericoacoara/CE, 28 de dezembro de 2023.


Benedita Neta da Silva
Superintendente